

## **Dos deveres da esposa: o papel feminino na alta sociedade florentina do século XV**

María Verónica Pérez Fallabrino\*

**Resumo:** O presente trabalho expõe a relevância do papel feminino nas altas camadas sociais da Florença do século XV. Fiel companheira para o esposo, educadora e exemplo de virtude para os filhos, firme colaboradora no governo da casa e na administração do patrimônio familiar, a função da mulher acabou transcendendo os limites do universo privado tornando-se essencial no sustento da organização social que dava estrutura à ordem civil. Fundamentada em obras da Literatura da época, a pesquisa traz à luz as representações femininas valorizadas e reproduzidas dentro dos núcleos da elite florentina.

**Palavras-chave:** mulheres, alta sociedade, Renascimento Florentino.

**Abstract:** The following essay explains the relevance of the feminine role among the highest social groups of Fifteenth Century Florence. A faithful companion to her husband, an educator and a virtuous example to her children, a firm partner on the household and on the administration of the familiar patrimony, the woman's function overwhelmed the boundaries of the private universe and became essential in supporting the social organization that structured the civil order. Based on Literary works from that period, the research presents the feminine representations valued and reproduced amongst the core of the Florentine elite.

**Key-words:** women, high society, Florentine Renaissance.

A importância da figura feminina nas altas camadas sociais da Florença do século XV remetia-se, fundamentalmente, à sua função de esposa. Esta função trazia implícitos os papéis de filha, companheira, mãe e dona de casa, todos igualmente significativos para a estabilidade e perpetuação da sociedade de mercadores e banqueiros e para a organização civil que estruturava e engrandecia o espírito florentino.

Desde o momento do nascimento, as moças se tornavam potenciais esposas para o mercado de transações matrimoniais da época. Ser esposa era uma função essencial aos olhos da sociedade. Assim, a preocupação dos pais com o casamento das filhas começava logo na infância delas, pois, casá-las bem, exigia dotes elevados. Reunir o valor do dote condicionava, muitas vezes, os recursos das famílias mais abastadas, e até mesmo a possibilidade de casar toda a descendência feminina. Para auxiliar os pais nesta tarefa, o governo de Florença acabou criando, em 1425, o *Monte delle doti*, um fundo de inversões com diferentes possibilidades de

---

\* Graduada em História pela Universidade Tuiuti do Paraná; pós-graduada em História da Arte pela University of Wisconsin Milwaukee (USA).

investimento e prazos que permitia aos pais prever e garantir o futuro das filhas. A magnitude social do casamento na época era tal que a própria administração da cidade decidiu tomar parte no seu auspício.

Para os núcleos da elite florentina, os casamentos representavam formas de estreitamento das relações de poder entre as famílias. Os laços de *parentado*, que eram tecidos através dos matrimônios, conferiam prestígio, garantiam apoio político, econômico e reforçavam a posição social. Assim, planejar o casamento dos filhos era uma tarefa que exigia a dedicação de todos os membros da família envolvida, prolongadas discussões e uma cuidadosa avaliação do número de fatores em jogo. Casar os filhos homens era mais interessante às famílias, pois o dote trazido pela noiva era uma forma imediata de lucro econômico; mas as filhas mulheres, por se unirem em matrimônio muito mais cedo que os rapazes, prontamente davam frutos ao lar paterno, construindo antes os vantajosos vínculos de parentesco.

Uma vez esposas, a administração doméstica e a maternidade ocupavam a vida feminina. A maternidade era considerada a função primordial do matrimônio, Leon Battista Alberti assim se referia em seus diálogos sobre a família: “toma-se uma esposa, principalmente, para se ter filhos” (1972: 138)<sup>1</sup>. Muito similarmente pensavam seus contemporâneos Francesco Barbaro e Matteo Palmieri. Em *De re uxória*, Barbaro defendia a união de homem e mulher “para o propósito da procriação” (1978: 212)<sup>2</sup>; já Palmieri, em *Vita Civile*, dizia que “a principal utilidade que de uma esposa se espera são os filhos e a sucessiva família” (1982: 157)<sup>3</sup>.

Considerando-se a opinião destes teóricos pode-se compreender quanto a função de mãe dignificava a mulher. Nas elites florentinas do *Quattrocento*, as mulheres que davam à luz, ocupavam um lugar de grande honra dentro da casa, sendo celebradas pelos parentes e pela comunidade e agasalhadas com ricos presentes. O valor conferido à figura materna

---

1 O florentino Leon Battista Alberti escreveu *I libri della Famiglia (Os livros da família)* na forma de diálogo entre 1433 e 1437. Na língua toscana, o diálogo ganha forma através de cinco personagens: Lorenzo, Adovardo, Lionardo, Battista e Gianozzo. O tema principal das discussões é a importância da entidade familiar.

2 *De re uxoria (Dos deveres da esposa)* foi composto pelo veneziano Francesco Barbaro em 1415. O tratado, escrito em latim, foi um presente de casamento para Lourenço de Médici (o Velho) e Ginevra Cavalcanti, tendo assim a sua difusão na cidade de Florença. (In: KOHL; WITT, 1978: 190).

3 Matteo Palmieri, humanista florentino, produziu *Vita Civile (Da vida civil)* em 1429. O diálogo concentra-se em torno das qualidades do cidadão ideal, notando a importância da *virtú*, da educação e da moral para a organização civil.

estava intimamente ligado aos interesses dos homens de negócios: a continuação do nome familiar e a preservação da riqueza. Assim, desde o momento do casamento, as esposas experimentavam sucessivas gestações, de forma a garantir a descendência, apesar da alta taxa de mortalidade infantil que afetava àqueles tempos.

Ainda, a importância concedida à maternidade estava vinculada ao fortalecimento da relação afetiva entre os esposos. Segundo Alberti, os filhos representavam “penhor e estabilidade da benevolência e do amor conjugal” (1972: 128). Considerando-se que os matrimônios eram instituídos por interesses alheios às emoções e aos sentimentos dos contraentes, o amor do casal devia ser construído a partir da convivência e fortalecido através dos laços filiais. Para se tornar um “modelo de perfeita amizade”, como solicitava Barbaro, o amor devia ser “livre e diligentemente conquistado, nutrido, e preservado” (1978: 196-198). Igualmente, Alberti ressaltara em sua obra:

[...] pode o amor entre mulher e marido se tornar grandíssimo, [...] se a afeição cresce com a convivência, com nenhuma pessoa manterás mais perpétua familiaridade que com a esposa [...] (1972: 107).

Contudo, a “perfeita amizade” do casal, não eximia à mulher da submissão ao marido. A sociedade florentina se estruturava em relações de hierarquia homem-mulher, e portanto, a obediência era uma das principais exigências demandadas à esposa. Esta devia ser “sua mestra e companheira” dizia Barbaro; “para uma esposa fazer o seu dever e trazer paz e harmonia à administração doméstica, ela devia concordar com o primeiro princípio, o de não discordar com o esposo em nenhum assunto” (1978: 196). Similarmente, Palmieri considerava que, “as ordens, o parecer e as tradições do marido devem ser leis seguidas pela esposa” (1982: 159).

Além de companheirismo e obediência, o ideal feminino do século XV pedia da esposa castidade e fidelidade ao marido. Um dos personagens de Alberti assim dissera à sua esposa: “que nesta cama, mulher minha, nunca desejes outro homem que a mim mesmo”, para logo lhe aconselhar:

nada será tão necessário a você, aceitável a Deus, gratíssimo a mim e útil aos nossos filhos, como a sua castidade. A castidade na mulher sempre foi ornamento da família; a castidade da mãe sempre foi parte do dote das filhas; a castidade em qualquer mulher sempre foi mais valiosa do que a beleza (1972: 272).

A fidelidade da esposa importava, pois garantia a legitimidade dos herdeiros. Mas ainda, o comportamento casto da mulher concedia honra à família e se tornava um “legado” para as filhas, contribuindo grandemente com o valor do dote na hora do casamento.

Em relação à fidelidade, esta não era demandada unicamente das esposas, mas também dos esposos. Mesmo sendo mais condescendente com a infidelidade masculina, a sociedade florentina do *Quattrocento* exigiu do homem lealdade dentro do matrimônio. No pensar de Alberti, a natureza havia instituído o casamento com a condição de que o homem tivesse “firme companhia no viver, e esta seja não mais do que uma única” (1972: 127). Palmieri concordava, “será obrigado o marido à esposa e a esposa ao marido, e cada um deles será requerido a observar as leis matrimoniais” (1982: 158).

As representações femininas da alta sociedade da época atribuíam também à mulher a qualidade de moderação. Esta virtude na esposa consistia em controlar o seu comportamento, fala, atitudes e formas de se vestir. Uma conduta moderada significava atender a um conjunto de atitudes que a tornavam digna aos olhos da comunidade e do próprio marido. As mulheres deviam “guardar certa suavidade e controle no movimento dos olhos, no caminhar, e no movimento dos corpos [...] cuidar que seus rostos, expressões e gestos [...] fossem usados para a observância da decência” (BARBARO, 1978: 202). Atributos como recato, delicadeza, simplicidade, modéstia e decoro, eram ornamentos imperativos que conferiam prestígio às damas e evitavam a censura da sociedade.

No que dizia respeito aos momentos íntimos do casamento, Barbaro pedia às esposas “conduzir a si mesmas com decoro e modéstia [...], para que ambos, afeição e moderação, acompanhassem suas relações íntimas”, e ainda afirmava “luxúria e desejo indecoroso prejudicam a sua dignidade [...] a esposa deverá fazer o seu dever, e embora seu corpo não possa ser visto, ela deverá cultivar a decência de modo a parecer decente ao esposo até no escuro” (1978: 213). De acordo com este parecer, a mulher devia ser afetiva com o marido, mas conservando o decoro em todo momento, demonstrações de sensualidade ou prazer eram consideradas impróprias, até mesmo quando ela se encontrava ao abrigo da escuridão. Diferentemente, Alberti manifestava que no momento da concepção dos filhos é muito importante que o homem seja “ardentemente desejado pela mulher” (1972: 140). Em referência a este tema, notam-se as divergências de parecer que caracterizaram a época. Por um lado, teóricos mais conservadores, apelavam ao recato e moderação do desejo feminino, por outro, humanistas se pronunciavam a favor do prazer sexual dentro do matrimônio.

Entretanto, vale notar que a sexualidade do casal é referida unicamente desde a perspectiva da procriação. A intimidade entre os esposos devia ser experimentada na “esperança de procriar filhos” (BARBARO, 1978: 212). A importância da descendência para a sociedade mercantil florentina aparece nas palavras de Alberti: “a quem tenha se esforçado por conquistar riqueza, poder, principados, muito haverá de lhe pesar não ter tido verdadeiros

herdeiros e conservadores da sua memória” (1972: 128). Ainda, além da perpetuação do patrimônio e do nome familiar, existia a importância civil implícita na maternidade: “útil é haver gerado filhos, acrescido o povo e dado cidadãos à pátria” (PALMIERI, 1982: 161). A maternidade era uma função social de grande relevância, através da mãe vinha ao mundo não só a descendência da família, mas a da própria cidade.

À mulher ainda correspondia a tarefa de educar e transmitir os valores do grupo à sua prole. Tal responsabilidade Barbaro a definia como “o mais sério entre os deveres da esposa”, e a justificava dizendo que,

a diligência em acumular dinheiro para a família realmente nada significava [...] a menos que um grande cuidado e uma extraordinária quantidade de energia fossem despendidas na criação e instrução dos filhos para os quais a riqueza seria deixada” (1978: 220).

A educação dos filhos baseava-se mais em princípios morais e comportamentais do que em intelectuais. A mãe devia,

instruí-los nos deveres ao Deus imortal, à pátria, e aos pais, de tal modo que eles fossem impregnados, desde os seus primeiros anos de vida, com estas qualidades que eram o fundamento de todas as outras virtudes. (1978: 224).

Além da diligência e habilidade para imprimir nos filhos amor e devoção a tais instituições, as mães deviam lhes ensinar normas de conduta social adequadas. De acordo com Barbaro, era responsabilidade delas transmitir aos filhos noções de comportamento civil e bons modais. A elas cabia “moldar” atitudes, colocar limites, cuidar dos hábitos, condutas, e relações sociais das crianças, forjando bons costumes, virtude, caráter, polidez, respeito, benevolência e dignidade, características muito estimadas nos ideais éticos e morais da sociedade humanista. Estas funções também correspondiam aos pais e aos mais velhos da família, mas pelo fato da mulher estar mais restrita ao ambiente doméstico e ao convívio com os filhos, sua atuação na educação moral da prole era mais significativa, ao ponto de ser, como Barbaro dizera, o “mais sério” de todos os seus deveres. Os filhos virtuosos honravam a família, os cidadãos dignos honravam a cidade.

Ainda, assim como este período preocupou-se com o afeto e a cumplicidade entre os esposos, também buscou exaltar os laços de amor filial. “A Natureza”, dizia Barbaro, “assinou às mulheres o dever de trazer ao mundo e criar filhos não somente por necessidade, mas também pela sua singular benevolência e amor”. E sentenciava: “as mães merecem a mais severa censura se elas negligenciarem o cuidado de seus filhos” (1978: 222).

O cuidado dos filhos pedia não somente a formação do espírito, mas também do corpo. Neste sentido os teóricos ressaltavam a importância da mãe como única “nutridora”, pois “o poder do alimento da mãe mais efetivamente permite moldar as propriedades do corpo e da mente e formar o caráter da semente” (BARBARO, 1978: 223). Estas idéias resultam surpreendentes em um período em que a função das amas de leite era altamente difundida nos ambientes da alta sociedade florentina. O efeito contraceptivo da amamentação era recusado entre as famílias abastadas, que priorizavam uma vasta descendência. Dava-se preponderância aos períodos de fertilidade das esposas outorgando-se a responsabilidade de nutrir os filhos a amas de leite cuidadosamente selecionadas.

Contudo, apesar da ampla difusão deste costume, vários teóricos renascentistas fizeram apologia das virtudes concedidas pelo aleitamento materno. Francesco Barbaro escrevera:

eu imploro e exorto às mais nobres damas que sigam o exemplo de alimentar os seus infantes do seu próprio leite, porque é muito importante para as crianças ser nutridas pela mesma mãe em cujo ventre e de cujo sangue foram concebidas (1978: 223).

Esta frase traz implícita uma grande intensidade, palavras como implorar e exortar deixam transparecer o anseio do humanista em mudar uma tradição muito arraigada na sociedade. Já Alberti, mesmo explicando na sua obra as virtudes que deviam ser procuradas nas amas de leite, apela para o significado afetivo contido na nutrição materna; ele exaltava “quanto o amor pelos filhos se conserva e fortalece na mãe quando o filho cresce e se nutre no seu seio” (1972: 45-46). De igual modo, Palmieri dizia: “antes de tudo se aprova o leite da própria mãe”, explicando como, segundo o parecer dos filósofos, o uso de amas de leite repercutia na “diminuição do vínculo natural de amor materno”, uma vez que “o desejo afetivo do filho, o qual deve ser ligado só à mãe, se desune e se brinda em parte à ama de leite” (1984: 17-19).

Também relacionado com a necessidade de estabelecer laços de amor filiais, Alberti recomendava, que nos primeiros meses de vida, os cuidados da criança fossem específicos da ternura e do amor materno: “seja esta primeira idade totalmente longe dos braços do pai, que repouse e durma no colo da mãe” (1972: 40).

Ainda, correspondendo aos ideais de fiel companheira do marido e ótima mãe de família, a mulher passou a ocupar, dentro da casa, um lugar de destaque que se consolidou na função de administradora dos assuntos domésticos. A partir do universo privado ela cuidava do esposo, dos filhos e de todas as incumbências relativas à casa e ao patrimônio familiar. Este ambiente doméstico lhe era apresentado pelo próprio marido, tão logo ela se instalava na sua casa. Era função do homem pôr à mulher em conhecimento das questões concernentes aos

assuntos cotidianos e de lhe ensinar o lugar e a utilidade de cada uma das coisas existentes dentro do espaço familiar. Como um guia, o homem “tomava a mão” da mulher e lhe mostrava não somente as incumbências da casa, mas também os seus mais preciosos objetos de valor. Nesta situação, um dos personagens de Alberti falara à sua jovem esposa:

você viu a nossa fortuna, a qual, graças a Deus, é tanta que nós devemos estar satisfeitos: se nós sabemos conservá-la, ela será útil a você, a mim e aos nossos filhos. Porém, mulher minha, a você cabe ser diligente e ter cuidado tanto quanto cabe a mim (1972: 269).

Estas palavras deixam explícitos os motivos que havia por trás desta tradição social. O homem, ao tornar sua esposa consciente do patrimônio familiar, lhe outorgava responsabilidade no cuidado e conservação de seus bens, uma responsabilidade que ele equiparava à sua própria e que lhe era de grande interesse dadas as suas atividades fora do âmbito doméstico. Os homens da alta sociedade florentina, vinculados à vida política, econômica e cultural da sua cidade, viam-se, com freqüência, afastados do ambiente familiar devido aos negócios ou às ocupações diplomáticas. Portanto, eles precisavam ter dentro da casa o apoio de uma pessoa que zelasse por tudo que concernia ao governo dos seus e à administração de seus interesses. Ter a cumplicidade da esposa significava para o chefe de família a segurança de que ela cuidaria com grande zelo de seus bens e da sua riqueza.

Este era um dos pontos que equilibrava a mecânica familiar da alta sociedade florentina, a idéia do trabalho conjunto para o bem comum. “Que o homem [...] traga e arranje aquilo que à família seja necessário e conveniente. A mulher em casa conserve aquilo que ele lhe trouxe” (ALBERTI, 1972: 127); esta frase sintetiza o significado de comunhão que os mercadores e banqueiros da época atribuíam ao casamento. Ao homem cabia o prover, à mulher o preservar. Foi, portanto, através das funções opostas e complementares de homens e mulheres, que a rica sociedade comercial da Florença *Quattrocentista* se sustentou, trazendo a perpetuação das famílias e o engrandecimento da cidade. Em relação a estas normas de organização social é muito sugestiva a opinião de Jacob Burckhardt, que via o Renascimento como o período que, “pela primeira vez, tentou organizar também a vida doméstica de forma consciente, ordenada e mesmo como uma obra de arte” (2003: 287).

Deste modo, a pesquisa sobre o papel feminino na sociedade da Florença do século XV evidenciou um universo hierarquizado e masculino, mas no qual, a esposa, mesmo restrita ao ambiente privado, tivera a sua influência projetada nas questões do mundo público. Mães da descendência familiar e dos futuros cidadãos, as mulheres encarregaram-se de transmitir à

sua prole não somente o respeito a Deus e aos seus, mas a reverência pela cidade e os princípios virtuosos que perpetuavam a ordem civil. Contraparte e complemento de seus maridos, as esposas foram peças essenciais no sustento da entidade familiar, bloco primordial sobre o qual se erguia a organização urbana. O progresso político e econômico da Florença *Quattrocentista* deve muito à minuciosa organização social que pedia o desempenho público de seus homens e o cuidado doméstico e familiar de suas mulheres. Assim, este estudo permitiu concluir que as representações de gênero atribuídas às mulheres foram elementos amplamente significativos na manutenção do aparelho social da elite florentina, que sustentou tanto os valores e o patrimônio das famílias, quanto a riqueza e a estabilidade da cidade. Atitudes mais polidas e comportamentos moralmente corretos geraram-se em meio a esta ordem civil, do mesmo modo como as relações familiares, os laços afetivos e o sentimento de apoio e companheirismo entre os casais começaram a se expandir neste período de mercadores e banqueiros, e de esposas do universo mercantil.

## FONTES

ALBERTI, Leon Battista. *I libri della Famiglia*. Torino: EINAUDI, 1972.

BARBARO, Francesco. On Wifely Duties. In: KOHL, B.; WITT, R. *The Earthly Republic: Italian humanists on government and society*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.

PALMIERI, Matteo. *Vita Civile*. Firenze: Sansoni Editore, 1982.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BURKE, Peter. *El Renacimiento Italiano: cultura y sociedad en Italia*. Madrid: Alianza, 1995.

BRUCKER, Gene. *Giovanni and Lusanna: love and marriage in Renaissance Florence*. Berkeley: University of California Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *The Society of Renaissance Florence*. Toronto: University of Toronto Press, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

GARIN, Eugénio. *O Homem Renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.

KING, Margaret. *Mujeres renacentistas: la búsqueda de un espacio*. Madrid: Alianza, 1993.

KLAPISCH-ZUBER, C. *Women, family, and ritual in Renaissance Italy*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

ROGERS, Mary; TINAGLI, Paola. *Women in Italy, 1350-1650: ideals and realities*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

TINAGLI, Paola. *Women in Italian Renaissance art: gender, representation, identity*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

TREVOR, D.; LOWE, K. *Marriage in Italy: 1300-1650*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TREXLER, Richard. *Public Life in Renaissance Florence*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.